

## **Canal Energia – 01/10/2008**

### **Leilões: resultados de certames não sinalizam custo real da energia térmica, analisam agentes**

Abraceel e PSR Consultoria apontam para o fato de o preço da energia não considerar detalhes da operação, como aumento de frequência de despachos

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, de Brasília, Negócios

Os resultados dos leilões de energia nova, realizados em setembro, não sinalizam aos consumidores o efetivo custo da energia contratada das térmicas que fecharam negócio nos dois certames - A-3 e A-5. Essa questão reflete a ausência de hidrelétricas nos certames, por um lado, ao mesmo tempo em que a projeção de preços não considera aspectos da operação.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Agentes Comercializadores de Energia Elétrica, Paulo Pedrosa, os valores demandam complemento de informação para que os consumidores - em especial os cativos - possam ter a percepção correta do custo adequado da energia. O executivo analisou os resultados do leilão A-3, que teve negociação de 1.076 MWmed de dez empreendimentos - oito a óleo combustível.

O preço médio do MWh do leilão ficou em R\$ 128,42. Pedrosa explicou que esse valor refere-se a um valor médio calculado no leilão, pois considera projeções do Preço de Liquidação de Diferenças para a formação do preço. O preço inicial do A-3 era de R\$ 150 por MWh. A mesma questão se repetiu no leilão A-5, que teve preço médio de R\$ 141,78 por MWh - considerando a negociação da usina de Baixo Iguaçu, com preço de venda de R\$ 98,98 por MWh.

A metodologia de cálculo do Índice Custo-Benefício, segundo a Empresa de Pesquisa Energética, determina que o ICB é a soma dos custos fixos com os custos de operação e com os custos econômicos - as variáveis COP (Custo de Operação) e CEC (Custo Econômico)- cujo resultado é dividido pela garantia física.

ICB - Em outras palavras, segundo Pedrosa, o ICB é um valor médio do leilão, com base em projeções que consideram despachos futuros e os preços de curto prazo a que estão associados. Ou seja, de acordo com Pedrosa, os R\$ 128,19 por MWh do A-3 e os R\$ 141,78 por MWh do A-5 não representam a real tarifa de energia para o consumidor, considerando o cenário atual.

Outra entidade, o Instituto Acende Brasil, ao fazer análise do leilão A-3, salientou que a contratação com deságio médio de 14,4% "é apenas indicativo, representando um cenário em que as usinas venham a operar de forma compatível com o tempo previsto nas premissas da modelagem do leilão. (...) Este preço não contempla o eventual acionamento das usinas por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, contrariando a ordem de mérito econômico do Operador Nacional do Sistema Elétrico, como ocorrido no primeiro semestre".

O sócio da PSR Consultoria, Mário Veiga, destacou que a tarifa média da energia para o mercado cativo tem projeção de elevação por conta do aumento da base térmica, em especial as movidas a óleo combustível, que dominaram os últimos leilões. Segundo ele, em 2005 foram contratados 244 MWmed de usinas a óleo combustível em 2005, passando para 532 MWmed em 2006, para 1.620 MWmed no ano passado e para 2.801 MWmed este ano.

Ou seja, nesse período, avalia Veiga, a contratação totalizou 5.200 MWmed, o que equivale a soma da garantia física das usinas do Rio Madeira mais a nuclear Angra 3. Veiga observa que a questão dos preços, nas regras atuais dos leilões de energia nova, não considera "a vida real", pois o cálculo não prevê o aumento da frequência de

despacho térmico, o que vem acontecendo recentemente. Pedrosa complementa afirmando que premissas de planejamento e operação são diferentes nos cenários de despacho térmico - o operador tende sempre a ser mais conservador.

"É importante que na previsão desses custos fossem incorporados todos os detalhes da operação do sistema", afirma Veiga. Fatores como a entrada em vigor dos níveis-meta podem demandar mais despacho de usinas para cumprimento das metas previstas pela programação da operação.

Isso acontece, explicou Veiga, porque quando a frequência de despacho aumenta, o COP aumenta, porque ele reflete exatamente o custo operativo, a frequência de despachos. Do mesmo modo, o CEC diminui quando a geração é maior do que a prevista - porque o CEC é a previsão de custos de compra na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica quando as térmicas não despacham.

Se essas usinas dos leilões tivessem sido contratadas para entrega de energia hoje, explicou Pedrosa, o ICB que seria repassado para o consumidor seria maior. A disponibilidade média do leilão A-3 ficou em R\$ 63,06 por MWh, enquanto a do A-5 ficou em R\$ 84,72 por MWh. Mas o PLD médio, observou, estaria em torno de R\$ 155 por MWh, o que na aplicação da metodologia, resultaria num preço médio da energia na casa dos R\$ 200 por MWh.

Contas - O cálculo fica mais claro ao se utilizar os resultados dos leilões. A usina mais barata do leilão, a MC2 Camaçari 1, teve receita fixa de R\$ 56.296.864,00 por ano. Esse montante significa uma disponibilidade de R\$ 63,01 por MWh (a usina negociou 102 MWmed). Como esta usina está no submercado Nordeste, e considerando o PLD de R\$ 101,80 por MWh para a carga pesada (semana de 27 de setembro a 3 de outubro), o ICB real é de R\$ 164,81 por MWh - muito acima dos R\$ 125,85 por MWh do resultado do leilão.

No caso do leilão A-5, a usina de menor disponibilidade foi a Cacimbaes, a gás natural liquefeito, com receita fixa anual de R\$ 41,432 milhões. Com negociação de 64 MWmed no A-5, a receita fixa ficou em R\$ 73,90 por MWh. Considerando na carga pesada para o submercado Sudeste/Centro-Oeste, onde se localiza a usina, o PLD de R\$ 101,80 por MWh, o preço real é de R\$ 175,70 por MWh - no leilão, o ICB final ficou em R\$ 145 por MWh.

Esses valores são repassados para os consumidores - e não consideram o despacho, cujos custos estão associados ao Custo Variável Unitário declarado pelo empreendedor e também repassados aos consumidores. Essa análise, de acordo com Pedrosa, acaba sendo distorcida, por exemplo, porque sinaliza uma modicidade que não acontece - ainda mais no caso das usinas a óleo combustível, mesmo que haja limitação do CVU.

A informação inadequada pode evitar, por exemplo, a migração de consumidores potencialmente livres para o mercado livre, diante de uma comparação dos resultados do leilão com os preços médios do ACL, avalia Pedrosa. Além disso, sinaliza ao cliente cativo uma energia comprada a preços módicos, mas que possuem um ônus associado ao cenário de curto prazo da ocasião. "O cativo não enxerga a condição de contratação feita no nome dele", afirmou.

Ele destacou ainda a necessidade de atenção para aspectos da formação de preços para o longo prazo, como os tratamentos que serão dados, respectivamente, à descontração da energia existente e ao vencimento das concessões de geração - ambos na próxima década. No entanto, o leilão teve de positivo o aumento da oferta de energia, positivo para a segurança do abastecimento. Pedrosa e Veiga participaram do primeiro dia do 5º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico, realizado no Rio de Janeiro.